

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.964 - RS (2019/0302336-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : BRAYAN EDUARDO PRADO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

A Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul denegou o HC n. 70082505884, impetrado em favor de **Brayan Eduardo Prado de Souza** – preso no dia 19/3/2019 e acusado da prática do delito de homicídio qualificado tentado (art. 121, § 2º, I, III e IV, na forma do art. 14, II, ambos do CP).

Com isso, o Colegiado manteve a decisão da 1ª Vara Criminal de comarca de Guaíba/RS no Processo n. 052/2.19.0001100-1 (0002213-94.2019.8.21.0052) que convertera a prisão em flagrante em preventiva.

Esta a ementa do acórdão (fl. 80):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PACIENTE QUE EFETUOU DISPAROS CONTRA A VÍTIMA EM RAZÃO DE TER SIDO AGREDIDO POR AQUELA ALGUNS DIAS ANTES DO FATO DESCRITO NA DENÚNCIA. Segundo o paciente, este efetuou os disparos com intenção de vingar-se, fato que ocorreu em zona residencial, com uma criança nas proximidades.

Trata-se de delito grave, cometido com violência e grave ameaça à pessoa, somente não levando a vítima a óbito em face do pronto atendimento médico que recebeu, situação que evidencia, suficientemente, o *periculum libertatis* do paciente e a ineficácia de quaisquer outras medidas cautelares diversas da prisão. **ORDEM DENEGADA, POR MAIORIA.**

Neste recurso, alega-se, em suma, a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e a presença de predicados pessoais favoráveis ao recorrente. Requer-se a concessão da ordem de *habeas corpus* de imediato.

Em contrarrazões, o Ministério Público estadual aduz que não foram apresentadas razões suficientes a infirmar a decisão recorrida, que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Superior Tribunal de Justiça

Despacho de admissibilidade (fls. 112/113).

É o relatório.

No momento, pela leitura deste trecho do acórdão atacado, não me deparo com o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida de urgência requerida (fl. 89):

Atente-se que o paciente descarregou uma arma de fogo contra a vítima em via pública, na presença de outras pessoas, visando vingar-se de agressão sofrida anteriormente.

A necessidade da sua segregação cautelar restou evidenciada pela sua periculosidade social, o que se verifica pela descrição de como os fatos ocorreram, o que por si só evidencia a necessidade da prisão, eis que o crime com ameaça à pessoa tem repercussão frente à vítima e à sociedade, com o que se justifica a prisão preventiva nos termos em que foi proferida.

Afinal, ao homologar o flagrante e decretar a prisão, o Juiz destacou, entre outros aspectos, o *modus operandi* do agente, que teria revelado *ousadia e agressividade, uma vez que, ao que tudo indica, descarregou o revólver contra a vítima, na presença de mais pessoas, inclusive de uma criança. Assim, o fato ocorreu em via pública, local onde circula grande número de pessoas [...]* (fl. 38).

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo *a quo* sobre a atual situação do processo e do ora recorrente.

Depois de prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator